

Senado Federal

Audiência Pública



Políticas de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal

Ministério do Meio Ambiente
28.10.2008



Amazônia Legal

Desmatamento 1997

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

AP

RR

AM

PA

MA

AC

RO

TO

MT

GO

Bolívia

Chile

Paraguai

LEGENDA

- Limite Internacional
- Limite Estadual
- Limite da Amazônia Legal

Capital Estadual

Hidrografia

Rodovia

- Pavimentada
- Não Pavimentada

Ferrovia

Áreas Protegidas Criadas até 1997

- UCs Federais
- UCs Estaduais
- Terra Indígena

Desmatamento 1997

Fonte:

IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2000

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

AP

RR

AM

PA

MA

AC

RO

TO

MT

GO

Bolívia

Chile

Paraguai



Fonte:
IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2001

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

AP

AM

PA

MA

AC

RO

TO

MT

GO

Bolívia

Chile

Paraguai

LEGENDA

- Limite Internacional
- Limite Estadual
- Limite da Amazônia Legal

Capital Estadual

Hidrografia

Rodovia

- Pavimentada
- Não Pavimentada

Ferrovia

Áreas Protegidas Criadas até 2001

- UCs Federais
- UCs Estaduais
- Terra Indígena
- Desmatamento 1997

Fonte:

IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2002

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

RR

AP

AM

PA

MA

AC

RO

MT

GO

Bolívia

Chile

Paraguai

LEGENDA

- Limite Internacional
- Limite Estadual
- Limite da Amazônia Legal
- Capital Estadual
- Hidrografia

Rodovia

- Pavimentada
- Não Pavimentada
- Ferrovia

Áreas Protegidas Criadas até 2002

- UCs Federais
- UCs Estaduais
- Terra Indígena
- Desmatamento 1997

Fonte:

IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2003

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

Bolívia

Chile

Paraguai



Fonte:
IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2004

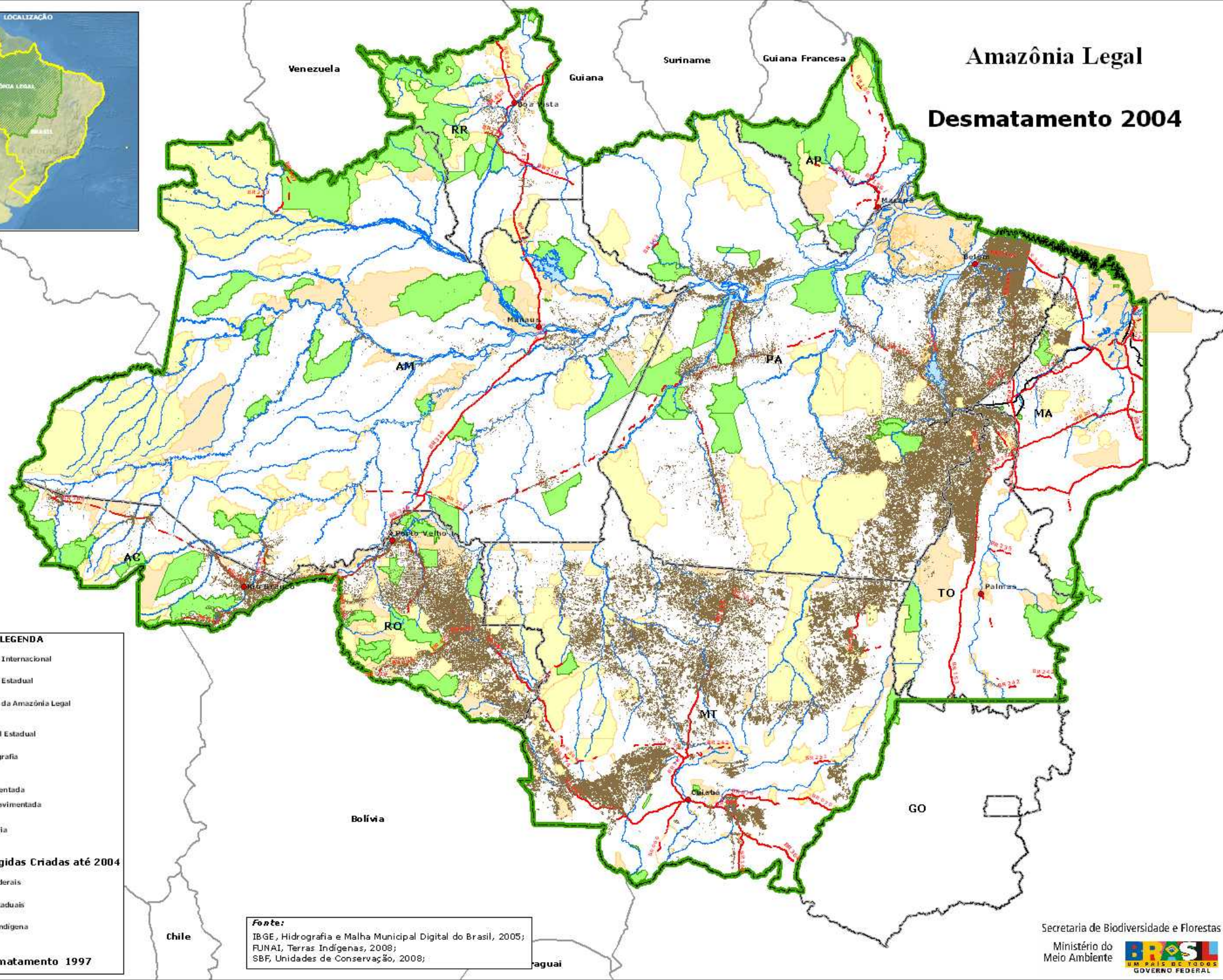
Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa



LEGENDA

- Limite Internacional
- Limite Estadual
- Limite da Amazônia Legal

• Capital Estadual

— Hidrografia

Rodovia

- Pavimentada
- Não Pavimentada

— Ferrovia

Áreas Protegidas Criadas até 2004

- UCs Federais
- UCs Estaduais
- Terra Indígena
- Desmatamento 1997

Fonte:

IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Paraguai

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2005

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

Bolívia

Chile

Paraguai



Fonte:
IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2006

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

Bolívia

Chile

Paraguai



Fonte:
IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2007

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

Bolívia

Chile

Paraguai



Fonte:
IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente





Amazônia Legal

Desmatamento 2008

Equador

Venezuela

Guiana

Suriname

Guiana Francesa

RR

AP

AM

PA

MA

AC

RO

TO

MT

GO

Bolívia

Chile

Paraguai

LEGENDA

- Limite Internacional
- Limite Estadual
- Limite da Amazônia Legal

• Capital Estadual

— Hidrografia

Rodovia

- Pavimentada
- Não Pavimentada
- Ferrovia

Áreas Protegidas Criadas até 2008

- UCs Federais
- UCs Estaduais
- Terra Indígena
- Desmatamento 1997

Fonte:

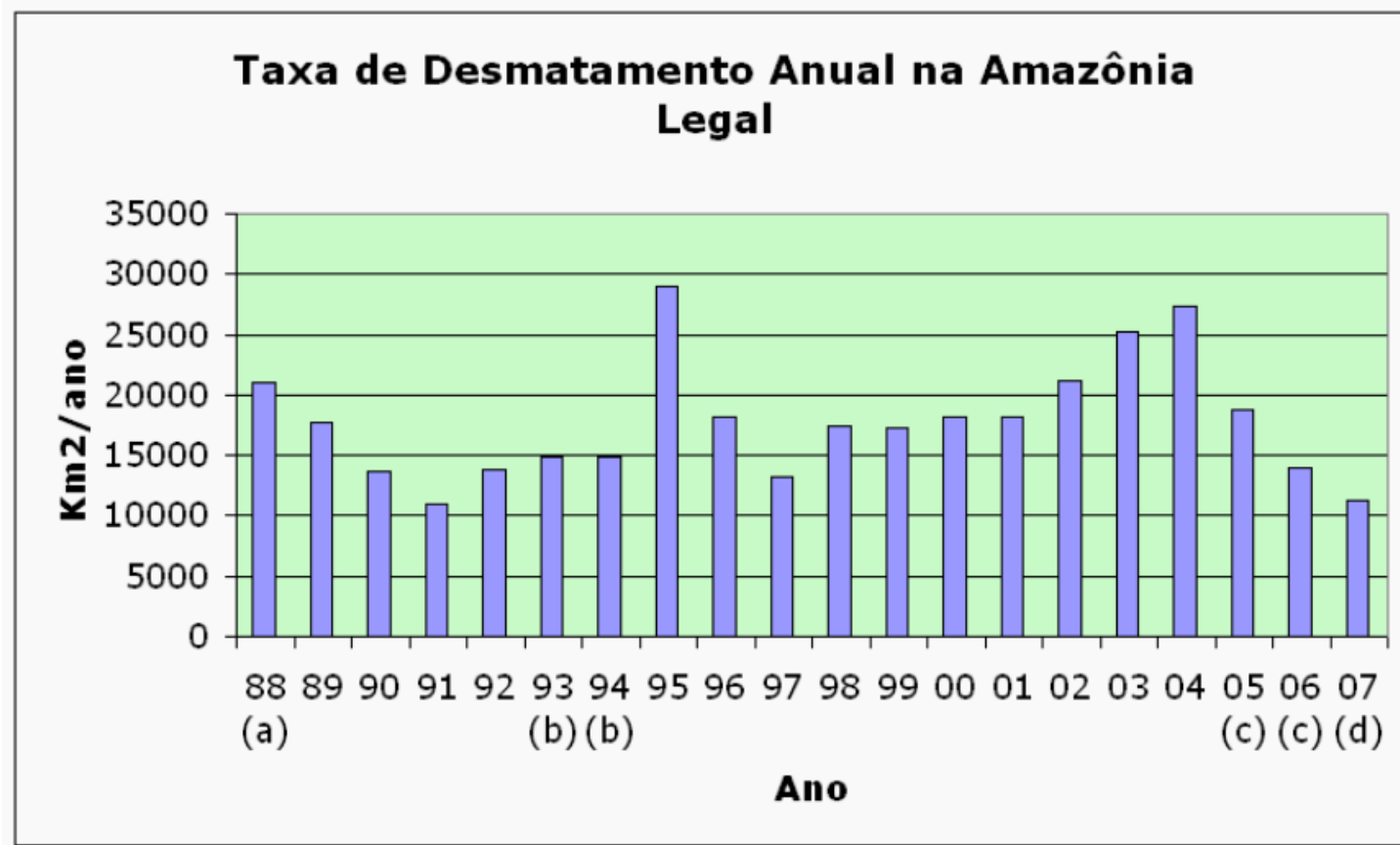
IBGE, Hidrografia e Malha Municipal Digital do Brasil, 2005;
FUNAI, Terras Indígenas, 2008;
SBF, Unidades de Conservação, 2008;

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ministério do
Meio Ambiente



PRODES/INPE Taxas anuais de desmatamento, km²/ano



Objetivo das Ações do Governo Federal para a Amazônia

- ✓ Integrar as políticas setoriais, diminuindo a dispersão e conflito entre elas
- ✓ Apontar para a direção de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia
- ✓ bases para o Plano Amazônia Sustentável – PAS

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - PAS

- ✓ Diretrizes para uma nova política de desenvolvimento regional para a Amazônia, que considera a diversidade e complexidade da região.
- ✓ Pacto entre os governos federal, estaduais e municipais e os segmentos sociais.

eixos temáticos:

- 1.a produção sustentável com inovação e competitividade;
- 2.a gestão ambiental e o ordenamento territorial;
- 3.a inclusão social e cidadania; e
- 4.infra-estrutura para o desenvolvimento.

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

- ✓ Lançado em jun/2004, reúne 13 Ministérios e Casa Civil
- ✓ Segue as diretrizes estratégicas do PAS
- ✓ É visto como a principal política pública voltada para o controle do desmatamento

eixos temáticos:

1. Ordenamento Territorial e Fundiário
2. Monitoramento e Controle Ambiental
3. Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Principais Resultados (2004-2008)

1. Ordenamento Territorial e Fundiário

- ✓ Criação de 25 milhões de hectares de UCs Federais
- ✓ Criação de 25 milhões de hectares de UCs Estaduais
- ✓ 10 milhões de hectares em TIs homologadas
- ✓ Cancelamento de 70 mil Cadastros de Comprovantes de Imóvel Rural (CCIR)

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Principais Resultados (2004-2008) :

2. Monitoramento e Controle Ambiental

- ✓ sistemas de monitoramento do desmatamento (PRODES, DETER e DETEX)
- ✓ Fiscalização do IBAMA: metodologia de planejamento das operações em áreas prioritárias de fiscalização
- ✓ Participação do Exército e da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, resultando na apreensão expressiva de volumes de madeira em tora e de equipamentos
- ✓ Combate à corrupção, com a prisão de mais de 600 servidores públicos que praticaram crime contra o meio ambiente e a ordem pública

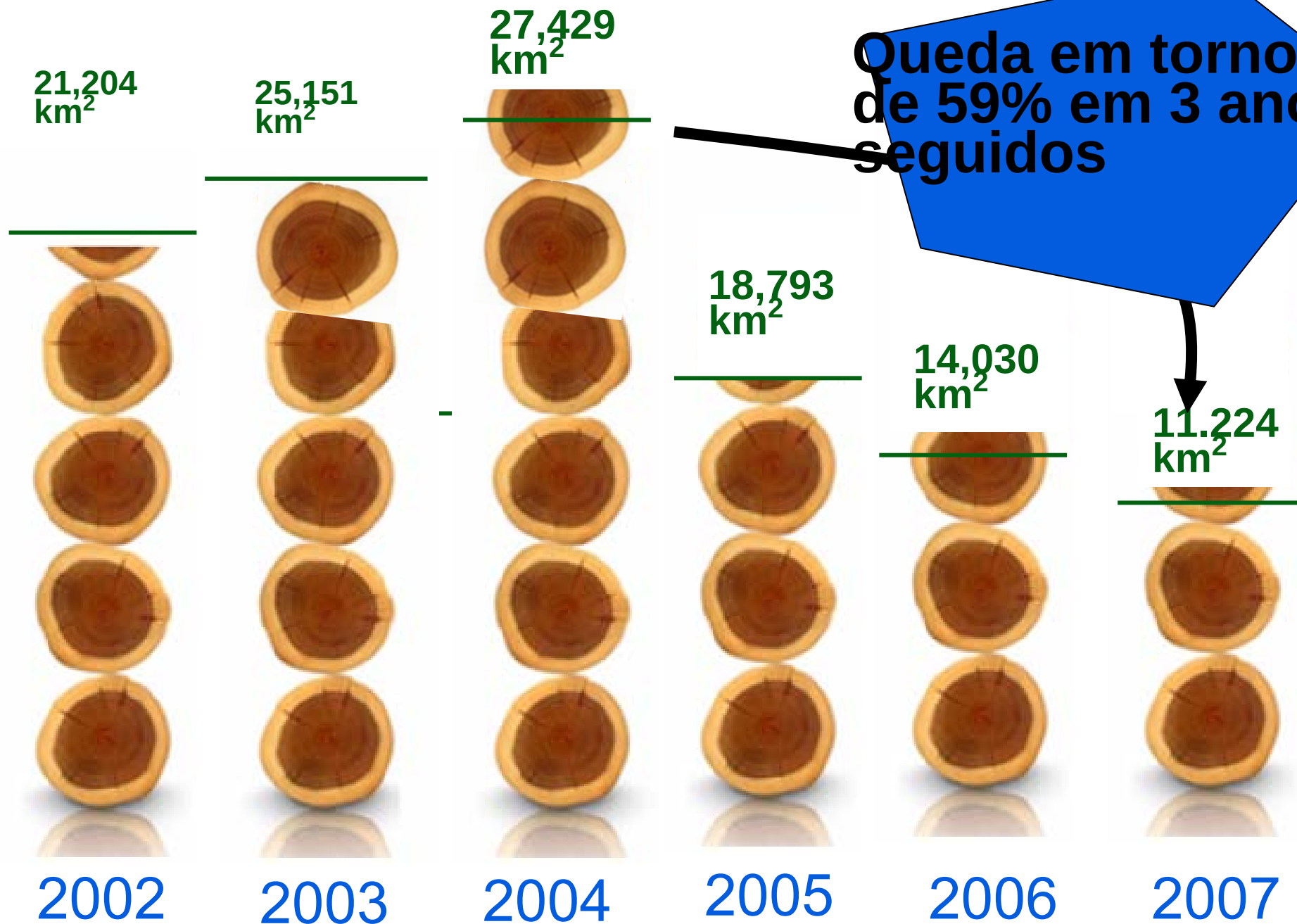
Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Principais Resultados (2004-2008)

3. Fomento a Atividades Produtivas

- ✓ Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06);
- ✓ Implantação do Serviço Florestal Brasileiro
- ✓ Criação do Distrito Florestal Sustentável da BR 163
- ✓ 1ª Licitação Pública de Concessão Florestal (Flona Jamari – RO)
- ✓ Lançamento da Operação Arco Verde

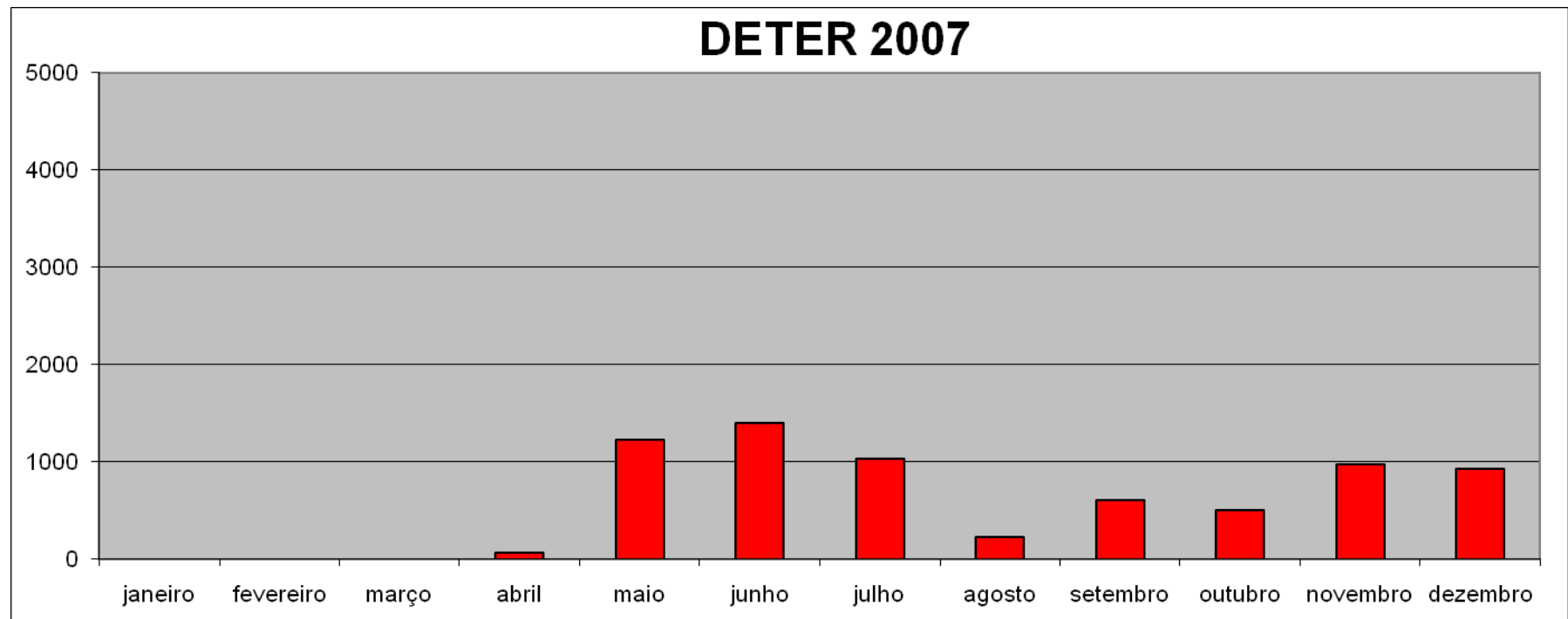
Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm



Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

2º Semestre de 2007 - Mudanças recentes na dinâmica do desmatamento:

Dados do Deter indicavam tendência de aumento:



PPCDAm – Ações de 2008

O Governo Federal, preventivamente, adota medidas voltadas a impedir o crescimento desenfreado da taxa do desmatamento:

Decreto 6.321/2007, assinado pelo Presidente Lula em 21.12.2008:

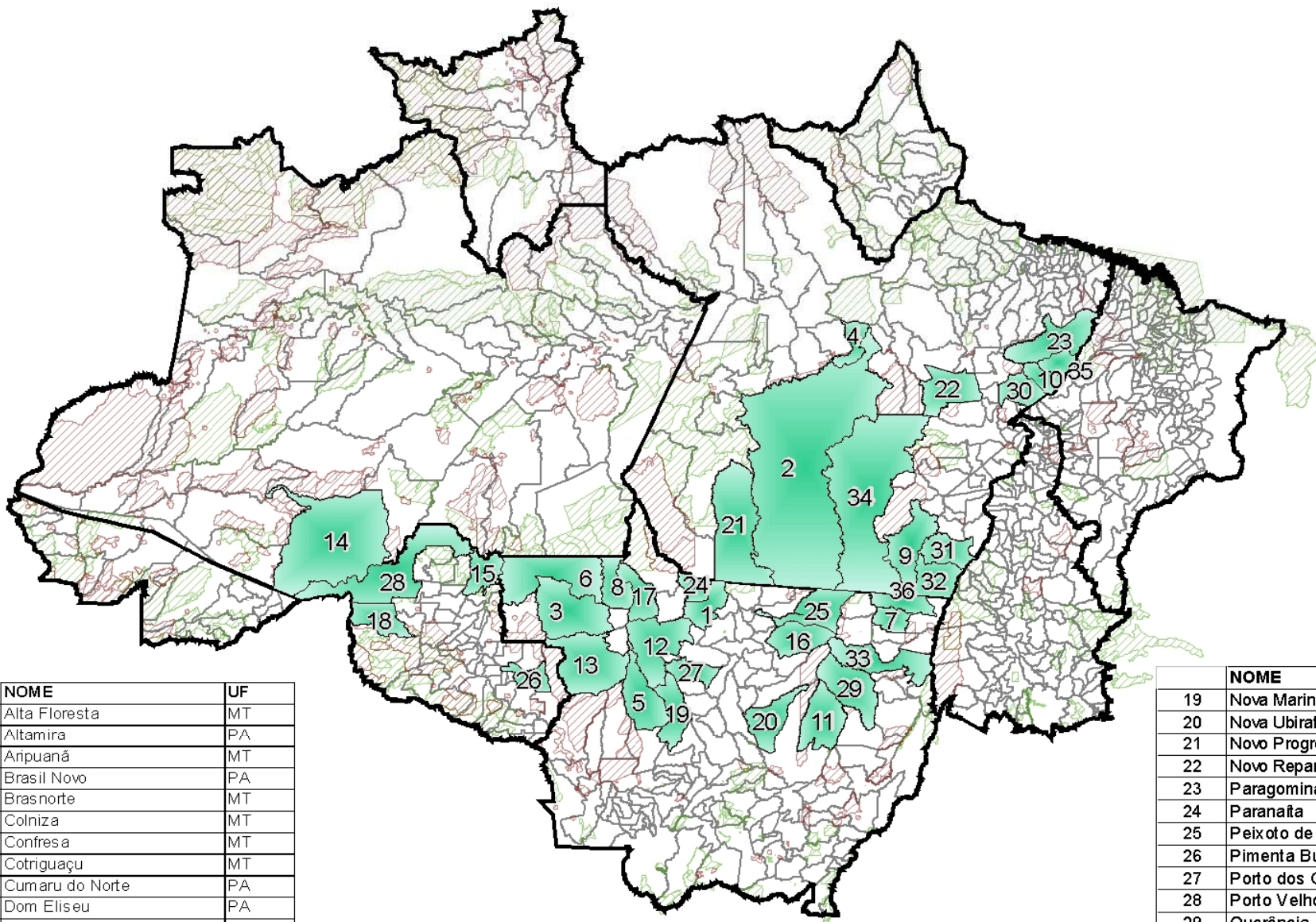
- ✓ Ações em municípios prioritários:
 - Recadastramento fundiário;
 - Limitação para novos desmatamentos acima de 5ha.
- ✓ Embargo obrigatório das áreas ilegalmente desmatadas
- ✓ Responsabilização compartilhada
- ✓ Responsabilização da cadeia produtiva agropecuária

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Dec. nº 6.321/2007

Base normativa associada

- ✓ Portaria MMA nº 28/08 (lista os 36 municípios que mais desmataram – 50% de todo o desmatamento = 5% dos municípios da região);
- ✓ Portaria MMA 96/08 (Municípios do Bioma Amazônico para fins da resolução BACEN 3545)
- ✓ IN INCRA nº 44/08 (recadastramento dos imóveis acima de 4 módulos fiscais);
- ✓ IN MMA nº 01/08 (procedimento para embargo de área ilegalmente desmatada)



	NOME	UF
1	Alta Floresta	MT
2	Altamira	PA
3	Aripuanã	MT
4	Brasil Novo	PA
5	Brasnorte	MT
6	Colniza	MT
7	Confresa	MT
8	Cotriguaçu	MT
9	Cumaru do Norte	PA
10	Dom Eliseu	PA
11	Gaúcha do Norte	MT
12	Juara	MT
13	Juína	MT
14	Lábrea	AM
15	Machadinho D'Oeste	RO
16	Marcelândia	MT
17	Nova Bandeirantes	MT
18	Nova Mamoré	RO

	NOME	UF
19	Nova Maringá	MT
20	Nova Ubiratã	MT
21	Novo Progresso	PA
22	Novo Repartimento	PA
23	Paragominas	PA
24	Paranaíba	MT
25	Peixoto de Azevedo	MT
26	Pimenta Bueno	RO
27	Porto dos Gaúchos	MT
28	Porto Velho	RO
29	Querência	MT
30	Rondon do Pará	PA
31	Santa Maria das Barreiras	PA
32	Santana do Araguaia	PA
33	São Félix do Araguaia	MT
34	São Félix do Xingu	PA
35	Ulianópolis	PA
36	Vila Rica	MT

CRÉDITO AGRÍCOLA E DESMATAMENTO

Resolução CMN/BACEN nº 3545/08:

- ✓ o crédito agrícola a partir de 1º de julho passa a exigir regularidade ambiental e fundiária para os novos financiamentos (safra 2008/2009)

Resolução CMN/BACEN nº 3599/08:

- ✓ ajustes na Res.3545/08 simplificando rol de documentos por agricultores familiares, indígenas, quilombolas etc.

Resolução CMN/BACEN nº 3618/2008

- ✓ desobrigação para habitantes de várzea
simplifica ainda mais para agricultores familiares (DAP em vez de CCIR)

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

“Estadualização” do PPCDAm

✓ Apoio técnico e operacional para 3 Estados (AC, PA e MT) elaborarem seus Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento.

✓ Novos Estados a contarem com o apoio:

Rondônia

Tocantins

Fundo Amazônia

Principais aspectos:

- ✓ Mecanismo de captação voluntária de recursos, nacionais e internacionais,
- ✓ Destinado ao apoio de projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico.
- ✓ Abre a possibilidade de países em desenvolvimento receberem incentivos pelas suas reduções voluntárias
- ✓ até 20% dos recursos captados poderão ser aplicados no desenvolvimento de mecanismos de identificação e controle dos desmatamentos nestes países e nos demais biomas.

Fundo Amazônia (ii)

Os recursos:

- ✓ O limite anual de recursos a serem captados, será definido pelo MMA, com base nos índices de desmatamentos calculados pelo INPE e agregado às informações do Inventário Florestal Nacional, permitindo estimar as emissões de gases de efeito estufa que deixaram de ser emitidas naquele período, em comparação à média de períodos anteriores.
- ✓ **Comitê Técnico**, composto por especialistas, validará as estimativas.

Fundo Amazonia (iii)

BNDES:

- ✓A captação e gestão
- ✓Emissão de diplomas reconhecendo a contribuição de cada doador.
- ✓Os diplomas serão nominais e intransferíveis, não podendo ser utilizados para transações ou compensações em mercado de créditos de carbono.

Comitê Orientador:

- . Gov. Federal,
- . Governos Estaduais envolvidos na prevenção e combate ao desmatamento
- . Soc. Civil e
- . Academia

Fundo Amazônia (iv)

Os recursos deverão ser destinados a projetos que se orientem para as seguintes áreas:

- ✓ gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- ✓ controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- ✓ manejo florestal sustentável;
- ✓ atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- ✓ Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento e regularização fundiária;
- ✓ conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- ✓ recuperação de áreas desmatadas.

PRO-RECUPERAÇÃO – Programa de Recuperação Ambiental dos Imóveis

Linha especial de crédito no âmbito do FNO, FNE e FCO para a recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, manejo e regularização ambiental na Amazônia Legal

- Taxa de juros reduzida para 4%
- Viabilizar o Penhor Florestal como garantia de crédito
- Limite: até 100% do projeto de recuperação (custeio e investimento)
- Prazo de pagamento estendido para até 20 anos
- Carência até 12 anos

Apoio à comercialização de produtos do extrativismo, oriundos de Povos e Comunidades Tradicionais

Inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM

Equalização dos preços dos produtos extrativistas

Realização de leilões específicos para o escoamento de produtos extrativistas

Georreferenciamento da ocupação nos 36 municípios prioritários

- Estabelecer parceria com estados e municípios para viabilizar o mapeamento das propriedades e posses rurais
- Criar condições para o Cadastro Ambiental Rural, necessário para acesso ao crédito, fomento e assistência técnica.

Zoneamento Ecológico econômico

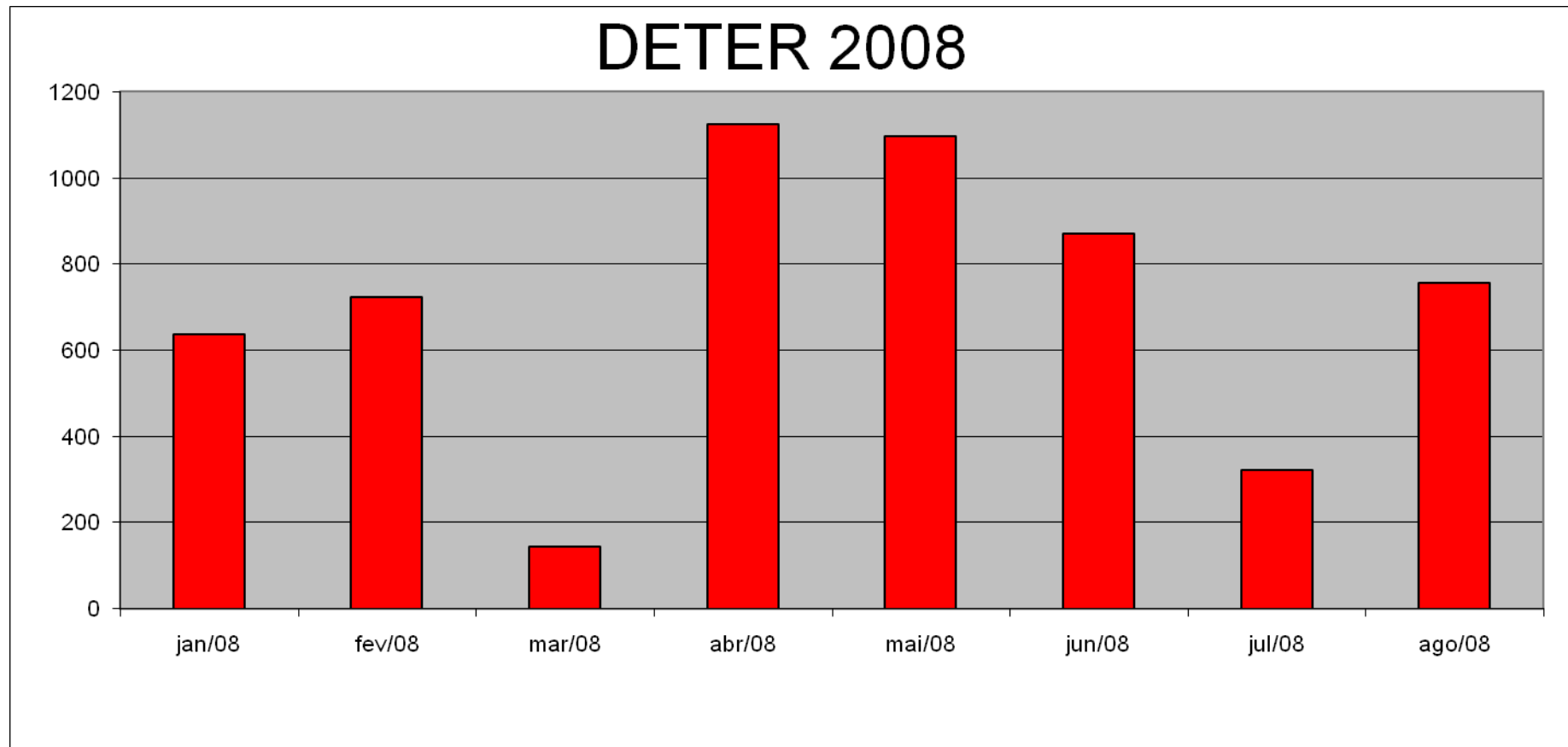
- Apoiar a finalização e aprovação dos ZEEs estaduais (Decreto 6288, 6 de dezembro de 2007 que altera o decreto 4297 de 2002) - sub-regionais.
- Apoiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local e Zoneamento Ambiental e ações de Educação Ambiental nos 36 municípios críticos.

Modernização dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente

- Inclusão das OEMAs no Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE
- **Linha de crédito do BNDES para Investimentos em:**
 - melhoria do processo de licenciamento
 - gestão territorial (cadastro de propriedades rurais e regularização fundiária)
 - elaboração e implementação do zoneamento ecológico econômico

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Alertas de Desmatamento do DETER 2008:



Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Desafios :

- ✓ Tornar o Plano realmente nacional, integrando os esforços estaduais e da sociedade civil;
- ✓ Aproveitar a mobilização em torno da Amazônia para o enfrentamento dos problemas ambientais e fundiários da região;
- ✓ Criar Planos de Prevenção para os demais biomas
- ✓ Implementar o Fundo Amazônia e a Operação Arco Verde
- ✓ Ampliar a contribuição das Áreas Protegidas na estratégia de controle do desmatamento

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia – PPCDAm

Objetivo de longo prazo do PPCDAM: Atingir o Desmatamento ilegal zero

Como:

- ✓ Criar mecanismos de valorização da floresta em pé:
 - Fortalecer a economia florestal (extrativismo, madeireiro, ecoturismo etc.)
 - Reincorporação produtiva de áreas abertas e degradadas
 - Efetivar os pactos setoriais pela redução do desmatamento com segmentos econômicos diretamente vinculados ao uso da terra na Amazônia
- ✓ Instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais
- ✓ Responsabilizar as cadeias produtivas da Amazônia